

SE VOTAR, VOLTA? Voto a favor da reforma da Previdência e eleição de deputados em 1998

Pedro Fernando Nery

SE VOTAR, VOLTA? Voto a favor da reforma da Previdência e eleição de deputados em 1998

Pedro Fernando Nery¹

¹ Mestre em Economia (UnB). Consultor Legislativo do Senado Federal da área de Economia do Trabalho, Renda e Previdência. E-mail: pfnery@senado.leg.br.

SENADO FEDERAL

DIRETORIA GERAL

Ilana Trombka – Diretora-Geral

SECRETARIA GERAL DA MESA

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho – Secretário Geral

CONSULTORIA LEGISLATIVA

Danilo Augusto Barboza de Aguiar – Consultor-Geral

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Rafael Silveira e Silva – Coordenador

João Cândido de Oliveira – Editoração

O conteúdo deste trabalho é de responsabilidade dos autores e não representa posicionamento oficial do Senado Federal.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar este texto:

NERY, P. F. **Se Votar, Volta? Voto a favor da reforma da Previdência e eleição de deputados em 1998**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/ Senado, Julho/2017 (Texto para Discussão nº 242). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 14 de agosto de 2017.

Núcleo de Estudos e Pesquisas
da Consultoria Legislativa



Conforme o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, compete ao Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa elaborar análises e estudos técnicos, promover a publicação de textos para discussão contendo o resultado dos trabalhos, sem prejuízo de outras formas de divulgação, bem como executar e coordenar debates, seminários e eventos técnico-acadêmicos, de forma que todas essas competências, no âmbito do assessoramento legislativo, contribuam para a formulação, implementação e avaliação da legislação e das políticas públicas discutidas no Congresso Nacional.

Contato:

conlegestudos@senado.leg.br

URL: www.senado.leg.br/estudos

ISSN 1983-0645

SE VOTAR, VOLTA? Voto a favor da reforma da Previdência e eleição de deputados em 1998

RESUMO

Este Texto analisa o desempenho eleitoral de deputados federais que concorreram às eleições de 1998 à luz de seu posicionamento em votações da 1ª reforma da Previdência naquele ano. Estatísticas descritivas apontam que parlamentares que votaram favoravelmente à proposta tiveram maior êxito nas eleições. Em relação à causalidade, mantidos outros fatores constantes, não encontramos evidências estatísticas de que votos a favor da reforma da Previdência de 1998 tenham afetado positiva ou negativamente a probabilidade de êxito eleitoral dos deputados.

PALAVRAS-CHAVE: reforma da Previdência; eleições; reeleição; economia política.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE DETERMINANTES DA ELEIÇÃO NO BRASIL.....	2
3	RESULTADOS	4
	ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	4
	REGRESSÃO.....	5
	EXERCÍCIO 1: VARIÁVEL DEPENDENTE – VOTO NO PRIMEIRO TURNO.....	7
	EXERCÍCIO 2: VARIÁVEL DEPENDENTE – VOTO NO PRIMEIRO TURNO.....	8
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	9
	REFERÊNCIAS	10

1 INTRODUÇÃO

No Texto para Discussão nº 207 introduzimos a literatura sobre como economia e política se relacionam na reforma da Previdência ([Economia Política da reforma da Previdência](#)). O principal ponto de partida desta literatura é o problema da *lógica da ação coletiva*, que descreve a dificuldade de empreender reformas, ainda que tenham grandes ganhos esperados, se estes ganhos forem difusos enquanto as perdas são concentradas. Esta dinâmica é considerada propícia para a mobilização de grupos de interesse organizados representando os contrários à mudança, que operariam sem competição de grupos de interesse favoráveis.

Assim, pela lógica da ação coletiva, parlamentares com voto favorável a este tipo de reforma enfrentariam maior dificuldade de se reeleger, colhendo o “ônus” da reforma, mas não seu “bônus”. Este raciocínio é ilustrado pelo *slogan* da chamada “Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social”, grupo contrário à reforma: “*Se votar, não volta!*”.

Figura 1 – Se votar, não volta!



Autor: Carlos Henrique Latuff de Sousa.

Neste Texto, investigamos de maneira objetiva a relação entre voto favorável à 1ª reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 20, de 1998) e a eleição dos deputados federais em 1998. Revisamos sucintamente a literatura *empírica* sobre os determinantes das eleições no Brasil e apresentamos exercícios sobre a relação entre voto favorável à reforma e sucesso na eleição em 1998, incluindo o uso de *regressões lineares múltiplas*. Encerramos com considerações finais.

Destacamos que neste trabalho optamos por uma linguagem mais didática e menos rigorosa em relação à metodologia¹. A pergunta que queremos responder é a seguinte: na reforma da Previdência de 1998, aprovada às vésperas das eleições, o voto favorável ou contrário à reforma afetou significativamente as chances eleitorais dos deputados?

2 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE DETERMINANTES DA ELEIÇÃO NO BRASIL

Foge ao nosso propósito revisar extensivamente os trabalhos da academia que buscaram explicar empiricamente o resultado das eleições a partir de diversas variáveis. Entre os trabalhos que se propuseram a identificar os determinantes do sucesso eleitoral, os seguintes resultados já foram obtidos:

- Para candidatos a deputado federal, observou-se efeitos relevantes dos gastos de campanha e do fato de já possuir mandato (Speck e Mancuso, 2014);
- Para candidatos a governador, o tempo de rádio e TV durante a campanha foram importantes (Silveira e Mello, 2011);
- Para candidatos a prefeito, verificou-se a relevância dos gastos de campanha, do fato de já possuir mandato, do tempo de rádio e TV, e dos votos da coligação na eleição anterior, cujos efeitos dependem do tamanho do município (Speck e Cervi, 2016).

De particular interesse para esta análise é o trabalho dos cientistas políticos Carlos Pereira e Lucio Rennó (Pereira e Rennó, 2007), porque analisaram extensivamente justamente a eleição para deputado federal em 1998, além de em 2002.

¹ Questões técnicas e metodológicas foram remetidas para o Anexo II.

Em 1998, teriam tido efeitos relevantes na **reeleição** de deputados federais²:

- os gastos de campanha (efeito positivo);
- a proporção dos recursos de emendas de cada deputado executadas pelo governo (positivo);
- o pertencimento a um partido da base do governo (positivo);
- a participação em cargo da Mesa Diretora na legislatura (positivo);
- o total de votos do parlamentar na eleição anterior (positivo)³;
- a concentração espacial dos votos do deputado no Estado (negativo)⁴;
- o número de mudanças de partido durante o mandato (negativo)⁵; e
- a participação em Comissão Especial (negativo).

Destes, o efeito positivo mais expressivo foi, por larga margem, o da execução de emendas parlamentares. Uma execução de 100% esteve associada a uma probabilidade de reeleição 25% maior, segundo os autores. A segunda variável mais relevante seria o pertencimento a um partido da base do governo, que ampliaria a probabilidade de reeleição em 10% – já controlado o próprio efeito da execução de emendas⁶.

Utilizamos as variáveis mais relevantes do modelo de Pereira e Rennó (2007) para verificar a eventual influência do voto na reforma da Previdência sobre os resultados das eleições de 1998. A hipótese a ser testada é de que o voto favorável à reforma da previdência não impacta o sucesso eleitoral dos candidatos.

² Os autores estimam uma regressão multivariada do tipo *probit*, isto é, estimam a probabilidade de reeleição com base em uma série de fatores.

³ Os autores explicam a lógica desta variável da seguinte forma: “*Esta variável é uma medida de segurança eleitoral do parlamentar e por isso esperamos que esta tenha um impacto positivo na probabilidade de sucesso eleitoral. Ou seja, quanto maior a quantidade de votos obtidos no último episódio eleitoral, maiores as chances do parlamentar se reeleger, pois ele já desfrutaria de uma quantidade sólida de eleitores.*”

⁴ “*O total de votos obtidos no município no qual o candidato teve mais votos é dividido pelo total de votos que ele obteve em todo estado. Logo, essa variável estima em que medida estratégias de concentração/dispersão de votos ajudam o candidato a se reeleger. É previsto uma correlação negativa entre concentração de votos e sucesso eleitoral. Parlamentares com alta concentração de votos tendem a ser mais vulneráveis eleitoralmente com relação possíveis competidores.*”

⁵ “*Se nós assumirmos que o partido político exerce algum papel informacional aos seus potenciais eleitores facilitando uma maior identificação dos seus candidatos, mudar de partido deve ter um impacto negativo no sucesso eleitoral.*”

⁶ É natural supor que a execução de emendas esteve relacionada ao pertencimento à base daquele governo. A técnica usada pelos autores permite, em tese, separar o efeito de cada uma dessas variáveis. Assim, o pertencimento ao governo influenciaria a chance de eleição em 10% já separando os efeitos da execução de emendas.

3 RESULTADOS

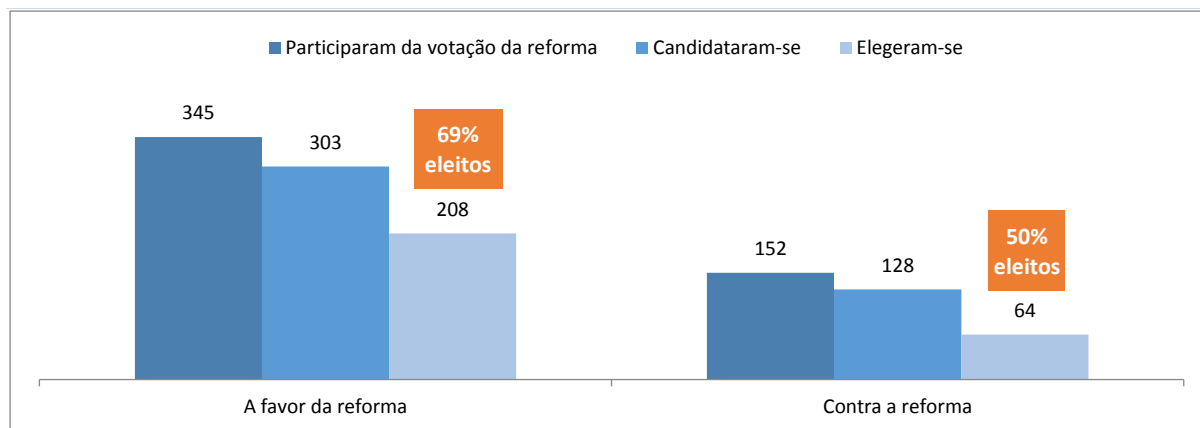
ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

A principal votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1995 – a reforma da Previdência do governo Fernando Henrique Cardoso – se deu faltando poucos meses para as eleições gerais. A apreciação, em 1º turno, do Substitutivo do Senado Federal à PEC ocorreu em fevereiro de 1998⁷.

Preliminarmente, é de interesse analisar o êxito eleitoral naquele ano dos deputados que votaram a favor e contra a reforma, *sem pretensão de estabelecer uma relação de causalidade* entre o voto e o sucesso eleitoral.

O texto foi aprovado com 345 votos favoráveis, 152 contrários e 3 abstenções, totalizando 500 votos. Destes 500 parlamentares, 434 se candidataram nas eleições de 1998. **A proporção de eleitos foi maior entre os que votaram a favor da reforma do que entre os que votaram contra.** Dentre os que votaram a favor do Substitutivo no 1º turno, 69% se elegeram, taxa superior à dos que votaram contra, de apenas 50%. O Gráfico 1 detalha os dados.

Gráfico 1 – Êxito eleitoral de deputados em 1998 e votação do Substitutivo em 1º turno

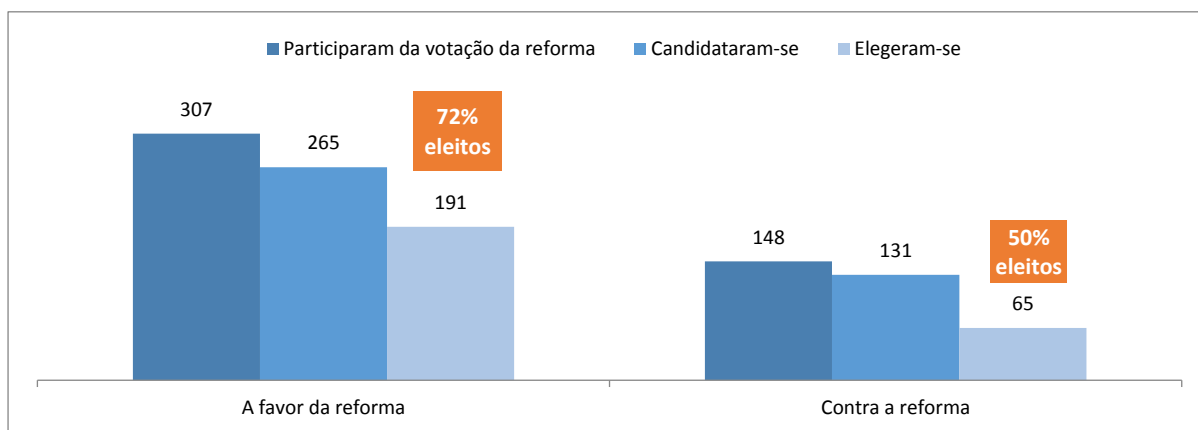


Outra relevante votação naquele ano no âmbito da reforma, em que o governo saiu derrotado, foi a relativa à criação de idade mínima para aposentadoria por tempo de contribuição no Regime Geral de Previdência Social (RGPS, o regime de previdência dos trabalhadores do setor privado operado pelo INSS). A votação se deu em maio de 1998, mais perto ainda do pleito de outubro.

⁷ Em 2º turno, a votação se deu em novembro de 1998, após as eleições.

O texto teve 307 votos a favor da idade mínima, 148 contrários e 11 abstenções, totalizando 466 votos. Destes, 406 se candidataram nas eleições. **Novamente, a proporção de eleitos foi maior entre os que votaram a favor da reforma do que entre os que votaram contra.** Dentre os que votaram a favor da idade mínima 72% se elegeram, frente a 50% dos que votaram contra⁸. O Gráfico 2 detalha estes dados.

Gráfico 2 – Êxito eleitoral de deputados em 1998 e votação do destaque da idade mínima



REGRESSÃO

Os dados apresentados acima entre voto a favor da reforma da Previdência e eleição em 1998 não dizem nada a respeito de causalidade entre estas variáveis. Isto é, afirmar que mais deputados que votaram a favor da reforma se elegeram do que deputados que não votaram a favor não é evidentemente o mesmo que dizer que estes parlamentares foram eleitos *porque* votaram pela reforma.

Para estabelecer relações de causalidade entre estas variáveis costuma-se utilizar a estimação de modelos econométricos. Estimamos um modelo com a mesma metodologia de Pereira e Rennó (2007)⁹ para investigar como o voto pró-reforma da Previdência afetou a probabilidade de eleição de deputados em 1998. Uma diferença relevante de nossa amostra em relação à daquele trabalho é que ela inclui deputados federais que concorreram a outros cargos (em especial para governador e senador), não apenas à reeleição.

⁸ A taxa de êxito dos que votaram a favor da reforma (69% e 72%) está acima da média de sucesso em reeleição nas quinze eleições para deputado federal ocorridas entre 1950 e 2002, que teria sido de 67%, segundo Pereira e Rennó (2007).

⁹ Modelo *Probit* – Ver metodologia de estimação no Anexo II.

Temos como variável dependente, a ser explicada, uma variável *dummy* que assume valor zero se o deputado não foi eleito, e valor 1 se ele tiver sido eleito. Procura-se explicar o sucesso ou insucesso eleitoral usando as variáveis que Pereira e Rennó (2007) apontaram como mais significativas; além de incluir-se nossa variável de interesse, que aponta o voto a favor da reforma (=1) ou contra (=0). As variáveis explicativas usadas no exercício econométrico são as seguintes:

- o percentual de votos do parlamentar na eleição anterior;
- o pertencimento a um partido da coligação vencedora da eleição para presidente;
- o pertencimento a um partido da coligação vencedora da eleição para governador;
- o fato de o deputado ter mudado de partido durante o mandato;
- o valor de gasto de campanha declarado pelo candidato;
- o fato de o deputado ter se candidatado a senador ou presidente;
- o percentual de votos do partido do deputado;
- a região geográfica que o deputado representa; e
- o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado.

Duas variáveis importantes utilizadas por Pereira e Rennó (2007) não estão presentes no nosso exercício, devido ao difícil acesso dos dados na fonte original e impossibilidade de recuperá-las a partir do banco de dados daqueles autores: a ocupação de cargos de direção de colegiados durante o mandato e a execução de emendas parlamentares.

A ausência dessas variáveis pode ser suprida por outras a elas correlacionadas. Note que o uso de variáveis de controle não decorre do interesse em identificar exatamente a relação de cada uma delas com a probabilidade de eleição, mas de controlar outras variáveis que estão *omitidas*, mas que poderiam ajudar a explicar o resultado eleitoral. Estas variáveis são conhecidas como *proxies*. Por exemplo, incluir a votação na eleição anterior ajuda a controlar o efeito de uma série de características distintas de cada parlamentar.

Por sua vez, o pertencimento ou não a coligações vencedoras em cargos majoritários ajuda a controlar o efeito de variáveis omitidas e que se relacionam com a vitória em cargos majoritários, como o tempo de rádio e TV. Desta forma, na ausência de possibilidade de medir algumas variáveis, como neste trabalho, outras variáveis de controle potencialmente suprem a lacuna.

O fato de o parlamentar ter mudado de partido foi incluída pelo seu componente informacional e, como em Pereira e Rennó (2007), tem coeficiente esperado negativo, pois pode indicar perda de espaço do candidato no partido de origem, fragilizando suas chances de reeleição.

De acordo com Pereira e Rennó (2007), é senso comum considerar-se a probabilidade de vitória eleitoral como uma função dos gastos de campanha, daí a inclusão da variável de financiamento de campanha, com coeficiente esperado positivo. A inclusão de variável que indica se o deputado se candidatou a senador ou governador visa controlar eventuais dificuldades de eleger-se para esses cargos, tendo coeficiente esperado negativo. Já o percentual de votos do partido do deputado visa controlar características específicas do sistema eleitoral brasileiro, em especial, a possibilidade de um candidato eleger-se por quociente eleitoral. Por fim, a região geográfica representada pelo deputado e o IDH de cada estado têm caráter informacional, capturando as diferenças do eleitorado de cada parlamentar.

Para este Texto, fizemos dois exercícios. O primeiro possui como variável explicativa o voto no 1º turno de votação do Substitutivo, enquanto no segundo exercício esta variável é substituída pelo voto favorável à reforma no destaque relativo à idade mínima. Ressalta-se que o objetivo principal é verificar se existe correlação negativa e estatisticamente significante entre o voto na reforma da Previdência e a probabilidade de reeleição no pleito realizado logo após à reforma.

EXERCÍCIO 1: VARIÁVEL DEPENDENTE – VOTO NO PRIMEIRO TURNO

Foram feitas várias estimações, utilizando-se diferentes combinações das variáveis anteriormente descritas.

A variável relativa ao voto favorável à reforma em 1998 tem coeficiente positivo e significativo nas especificações que não incluem a variável referente a financiamento de campanha. Ou seja, estaria indicando que votar a favor da reforma está correlacionado com maior chance de vitória na eleição seguinte.

No entanto, parece-nos contraintuitivo que haja essa relação. É provável, portanto, que esta variável esteja captando o efeito de outras variáveis omitidas e que estão positivamente correlacionadas tanto com o sucesso eleitoral quanto com o voto pró-reforma, e que não foram adequadamente capturadas nesta especificação.

De fato, ao incluirmos a variável referente ao financiamento de campanha, o voto favorável à reforma em 1998 continua a ter coeficiente positivo, porém tal coeficiente passa a ser estatisticamente não diferente de zero em todas as especificações. Isso indica que **não há evidências de que o voto a favor da reforma da Previdência tenha afetado positiva ou negativamente o desempenho eleitoral dos deputados, contrariando a ideia de que “quem votar não volta”**.

Uma possível explicação pela diferença entre os resultados é a arrecadação de recursos para o financiamento de campanha estar de alguma forma relacionada ao apoio àquele governo, o que inclui o apoio em votações estratégicas como a da reforma.¹⁰

De forma geral, as estimações mostram coeficientes estatisticamente diferentes de zero para as seguintes variáveis:

- o fato de o deputado ser suplente (negativo);
- o pertencimento a um partido da coligação vencedora da eleição para presidente (positivo);
- o fato de o deputado ter mudado de partido durante o mandato (negativo);
- a candidatura a cargos superiores (negativo); e
- o financiamento de campanha (positivo),

Todas essas variáveis apresentam os sinais esperados. Apresentamos os resultados na Tabela I.1, do Anexo I.

EXERCÍCIO 2: VARIÁVEL DEPENDENTE – VOTO NO DESTAQUE DA IDADE MÍNIMA

O segundo exercício segue a mesma metodologia e especificação de variáveis do exercício anterior, mas relaciona o sucesso eleitoral não com o voto a favor da reforma no 1º turno de votação do Substitutivo, mas com o voto a favor da reforma na votação do destaque da idade mínima.

¹⁰ Não dispomos de dados de gasto de campanha para todos os deputados. Por isso, as estimações que incluem essa variável têm amostra mais restrita. A mudança na significância da variável relativa ao voto na reforma poderia decorrer tanto da inclusão dos gastos de campanha quanto da redução da amostra. Por isso, os resultados apresentados no Anexo I reportam estimações para a amostra total e para a amostra restrita, com e sem a variável “gastos de campanha”. O que se percebe é que o valor e a significância do coeficiente relativo ao voto na reforma, nas estimativas sem a variável “gastos de campanha”, não se altera de modo relevante, nem perde significância estatística. Assim, concluímos que o maior efeito de redução da significância estatística do coeficiente da variável que aponta o voto na reforma é, de fato, decorrente da inclusão da variável “gastos de campanha” e não da mudança na composição da amostra.

O resultado deste segundo exercício é apresentado na Tabela 2, no Anexo. Novamente, a variável de interesse (neste caso, o voto favorável à idade mínima) é positiva, mas estatisticamente igual a zero em quase todas as especificações (exceto aquelas que não incluem a variável referente ao financiamento de campanha). Trata-se de mais um resultado que não ratifica a visão de que o voto a favor da reforma em 1998 inviabilizou as chances eleitorais de deputados.

Os resultados assemelham-se àqueles do primeiro exercício, valendo ressaltar como diferença em relação ao exercício 1 o fato de que, no exercício 2, a variável que indica mudança de partido entre 1994 e 1998 aparece como estatisticamente não diferente de zero, enquanto o percentual de votos do partido do deputado passa a ser significativamente diferente de zero, com sinal positivo.

Os resultados estão apresentados na tabela I.2, do Anexo I.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Texto, avançamos na discussão sobre economia política da previdência e analisamos os determinantes do êxito eleitoral de deputados federais em 1998, de acordo com o seu posicionamento em votações importantes da reforma da Previdência do governo Fernando Henrique Cardoso, que aconteceram nos meses antecedentes às eleições.

Observamos que o percentual de deputados eleitos em 1998 foi maior entre os que votaram a favor da reforma do que entre os que votaram contra a reforma. Isso foi verdade tanto para a votação em 1º turno do Substitutivo do Senado (em fevereiro) quanto para a votação do destaque relativo à idade mínima (em maio).

No sentido de discutir de forma mais aprofundada a correlação entre o posicionamento na reforma e a performance nas eleições, executamos dois exercícios econométricos simples. Os resultados encontrados desafiam a lógica da campanha *Se voltar, não volta!* **Não há evidência no sentido de que o voto a favor da reforma nos meses antecedentes às eleições de 1998 tenha sido uma “sentença de morte” para os postulantes daquele pleito.** O resultado que obtivemos foi de que não há correlação estatística entre o voto na reforma e o desempenho eleitoral posterior.

O resultado coaduna com aquele de Pereira e Rennó (2007), trabalho seminal na literatura e que investigou justamente a eleição para deputados federais em 1998, ao apontar

que a participação na coalizão governista de então e os gastos de campanha como fatores associados a maior chance de reeleição.

Futuras pesquisas podem avançar no esforço de identificar de maneira mais satisfatória a relação de causalidade entre as variáveis aqui estudadas, bem como investigar em que condições o voto a favor deste tipo de reforma é mais ou menos influente no resultado eleitoral.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Rev. Econ. Polit.* vol.27, n.4, pp.664-683, 2007.

SILVEIRA, B. S. D.; De MELLO, J. M. P. Campaign Advertising and Election Outcomes: Quasi-natural Experiment Evidence from Gubernatorial Elections in Brazil. *Rev Econ Stud* 78 (2): 590-612, 2011.

SPECK, B. W.; CERVI, E. U. O peso do dinheiro e do tempo de rádio e TV na disputa do voto para prefeito. In: TELES, M.; LAVAREDA, A. *Como o eleitor escolhe o seu prefeito. As lógicas das eleições municipais.* Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance. *Bras. Political Sci. Rev.* vol.8 no.1 São Paulo, 2014.

ANEXO I – Resultados

Tabela I.1 – Êxito eleitoral de deputados em 1998 e votação do Substitutivo em 1º turno

Especificação	1				1 com amostra restrita				1 amostra restrita e financ.				2				2 com amostra restrita				2 amostra restrita e financ.			
	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor
VOTOU PRÓ-REFORMA	0,30	0,06	0,10	0,05	0,33	0,06	0,11	0,05	0,09	0,65	0,03	0,65	0,29	0,07	0,09	0,07	0,33	0,06	0,10	0,06	0,10	0,61	0,03	0,61
VOTOS EM 1994	0,07	0,05	0,02	0,05	0,07	0,08	0,02	0,08	0,06	0,32	0,02	0,31												
SUPLENTE													-0,72	0,00	-0,24	0,00	-0,67	0,00	-0,21	0,00	-0,57	0,01	-0,17	0,01
ELEITO POR QUOCIENTE													-0,28	0,06	-0,09	0,06	-0,26	0,12	-0,08	0,12	-0,16	0,36	-0,05	0,36
COLIGAÇÃO GOVERNADOR	0,18	0,19	0,06	0,19	0,19	0,23	0,06	0,23	0,17	0,31	0,05	0,30	0,15	0,28	0,05	0,28	0,16	0,29	0,05	0,29	0,16	0,33	0,05	0,32
COLIGAÇÃO PRESIDENTE	0,43	0,01	0,14	0,01	0,43	0,01	0,14	0,01	0,47	0,01	0,14	0,01	0,44	0,01	0,14	0,00	0,45	0,01	0,14	0,01	0,47	0,01	0,14	0,01
CANDIDATO A SENADOR/GOVERNADOR	-1,69	0,00	-0,56	0,00	-1,61	0,00	-0,51	0,00	-2,60	0,00	-0,78	0,00	-1,69	0,00	-0,55	0,00	-1,60	0,00	-0,50	0,00	-2,60	0,00	-0,77	0,00
MUDOU DE PARTIDO	-0,33	0,02	-0,11	0,02	-0,33	0,04	-0,10	0,04	-0,38	0,02	-0,11	0,02	-0,30	0,04	-0,10	0,04	-0,30	0,07	-0,09	0,06	-0,35	0,03	-0,10	0,03
VOTOS DO PARTIDO EM 98	0,01	0,41	0,00	0,41	0,01	0,23	0,00	0,23	0,01	0,25	0,00	0,25	0,01	0,18	0,00	0,18	0,01	0,14	0,00	0,14	0,01	0,18	0,00	0,18
REGIÃO SUL	0,54	0,17	0,18	0,17	0,12	0,79	0,04	0,79	0,36	0,42	0,11	0,42	0,45	0,26	0,15	0,26	0,06	0,90	0,02	0,90	0,30	0,51	0,09	0,51
REGIÃO SUDESTE	0,56	0,15	0,18	0,15	0,14	0,75	0,04	0,75	0,21	0,62	0,06	0,62	0,40	0,30	0,13	0,30	0,00	1,00	0,00	1,00	0,10	0,83	0,03	0,83
REGIÃO NORTE	-0,14	0,55	-0,05	0,55	-0,19	0,48	-0,06	0,48	-0,08	0,76	-0,02	0,76	-0,01	0,98	0,00	0,98	0,02	0,94	0,01	0,94	0,07	0,79	0,02	0,79
REGIÃO CENTRO-OESTE	0,24	0,54	0,08	0,54	0,06	0,90	0,02	0,90	0,19	0,67	0,06	0,67	0,32	0,41	0,11	0,40	0,13	0,76	0,04	0,76	0,23	0,59	0,07	0,59
IDH EM 2000	-2,94	0,21	-0,98	0,20	-1,10	0,67	-0,35	0,67	-3,38	0,21	-1,01	0,21	-3,24	0,16	-1,06	0,16	-1,59	0,54	-0,50	0,53	-3,65	0,18	-1,08	0,17
FINANCIAMENTO CAMPANHA 98									2,86	0,00	0,86	0,00					2,85	0,00	0,84	0,00				
constante	1,18	0,34			0,30	0,83			1,46	0,31			1,72	0,16			0,94	0,48			1,90	0,18		
observações			429				373				373				429				373				373	
log-likelihood			-251,526				-209,627				-196,346				-246,352				-206,487				-194,1	
R2 McFadden			0,109				0,1081				0,1446				0,1273				0,1215				0,1742	

Especificação	3				4				5				6				7				8			
	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor
VOTOU PRÓ-REFORMA	0,22	0,23	0,07	0,23	0,16	0,41	0,05	0,41	0,17	0,36	0,05	0,36	0,21	0,25	0,07	0,25	0,22	0,25	0,07	0,25	0,13	0,51	0,04	0,51
VOTOS EM 1994	0,07	0,14	0,02	0,13	0,07	0,18	0,02	0,17	0,04	0,31	0,01	0,31												
SUPLENTE													-0,51	0,01	-0,16	0,01	-0,52	0,01	-0,16	0,01	-0,53	0,01	-0,17	0,01
ELEITO POR QUOCIENTE													-0,13	0,45	-0,04	0,45	-0,12	0,50	-0,03	0,50	-0,15	0,37	-0,05	0,37
COLIGAÇÃO GOVERNADOR	0,23	0,14	0,07	0,13	0,20	0,23	0,06	0,22	0,20	0,21	0,06	0,21	0,18	0,23	0,06	0,22	0,18	0,24	0,06	0,23	0,18	0,25	0,06	0,25
COLIGAÇÃO PRESIDENTE	0,45	0,01	0,14	0,01	0,41	0,02	0,13	0,02	0,35	0,04	0,11	0,04	0,33	0,06	0,10	0,05	0,36	0,04	0,11	0,04	0,38	0,03	0,12	0,03
CANDIDATO A SENADOR/GOVERNADOR	-2,60	0,00	-0,79	0,00	-2,40	0,00	-0,73	0,00									-2,21	0,00	-0,66	0,00				
MUDOU DE PARTIDO	-0,42	0,01	-0,13	0,01	-0,38	0,02	-0,12	0,02	-0,29	0,06	-0,09	0,06	-0,25	0,11	-0,08	0,11	-0,30	0,07	-0,09	0,07	-0,27	0,09	-0,08	0,09
VOTOS DO PARTIDO EM 98					0,01	0,17	0,00	0,18	0,02	0,00	0,01	0,00	0,02	0,00	0,01	0,00	0,01	0,05	0,00	0,04	0,02	0,00	0,01	0,00
REGIÃO SUL																					0,36	0,41	0,11	0,41
REGIÃO SUDESTE																					0,26	0,55	0,08	0,55
REGIÃO NORTE																					0,10	0,69	0,03	0,69
REGIÃO CENTRO-OESTE																					0,31	0,47	0,10	0,46
IDH EM 2000																					-3,13	0,24	-0,98	0,23
FINANCIAMENTO CAMPANHA 98	2,51	0,01	0,77	0,01	2,54	0,01	0,77	0,01	2,26	0,01	0,72	0,01	2,10	0,01	0,66	0,01	2,39	0,01	0,00	0,01	2,39	0,01	0,75	0,01
constante	-0,39	0,08			-0,48	0,02			-0,60	0,00			-0,42	0,03			-0,27	0,16			1,31	0,35		
observações			373				373				373				373				373				373	
log-likelihood			-199,057				-198,078				-208,6				-206,72				-197,82				-205,204	
R2 McFadden			0,1531				0,1573				0,1125				0,1205				0,1584				0,1269	

Tabela I.2 – Êxito eleitoral de deputados em 1998 e votação do destaque da idade mínima

Especificação	1				1 com amostra restrita				1 amostra restrita e financ.				2				2 com amostra restrita				2 amostra restrita e financ.			
	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor
VOTOU PRÓ-REFORMA	0,44	0,01	0,14	0,00	0,32	0,06	0,10	0,05	0,08	0,66	0,02	0,66	0,45	0,00	0,14	0,00	0,34	0,04	0,11	0,04	0,10	0,60	0,03	0,60
VOTOS EM 1994	0,08	0,05	0,03	0,05	0,10	0,04	0,03	0,04	0,06	0,26	0,02	0,25												
SUPLENTE													-0,91	0,00	-0,29	0,00	-0,79	0,00	-0,24	0,00	-0,66	0,00	-0,19	0,00
ELEITO POR QUOCIENTE													-0,31	0,04	-0,10	0,04	-0,23	0,17	-0,07	0,16	-0,09	0,60	-0,03	0,60
COLIGAÇÃO GOVERNADOR	0,11	0,45	0,04	0,45	0,11	0,49	0,03	0,49	0,08	0,64	0,02	0,64	0,11	0,46	0,04	0,46	0,11	0,48	0,03	0,48	0,08	0,61	0,02	0,61
COLIGAÇÃO PRESIDENTE	0,33	0,05	0,11	0,04	0,39	0,03	0,12	0,02	0,38	0,04	0,11	0,04	0,33	0,04	0,10	0,04	0,38	0,03	0,12	0,03	0,37	0,05	0,11	0,05
CANDIDATO A SENADOR/GOVERNADOR	-1,32	0,00	-0,43	0,00	-1,23	0,00	-0,39	0,00	-1,59	0,00	-0,47	0,00	-1,32	0,00	-0,42	0,00	-1,16	0,00	-0,36	0,00	-1,53	0,00	-0,45	0,00
MUDOU DE PARTIDO	-0,27	0,08	-0,09	0,07	-0,22	0,19	-0,07	0,19	-0,25	0,14	-0,07	0,14	-0,23	0,13	-0,07	0,13	-0,16	0,33	-0,05	0,33	-0,20	0,25	-0,06	0,25
VOTOS DO PARTIDO EM 98	0,01	0,35	0,00	0,35	0,01	0,16	0,00	0,16	0,01	0,13	0,00	0,14	0,01	0,23	0,00	0,23	0,01	0,11	0,00	0,11	0,01	0,11	0,00	0,11
REGIÃO SUL	0,16	0,69	0,05	0,69	-0,05	0,90	-0,02	0,90	0,13	0,78	0,04	0,78	0,15	0,72	0,05	0,72	-0,07	0,88	-0,02	0,88	0,15	0,75	0,04	0,75
REGIÃO SUDESTE	0,22	0,57	0,07	0,57	0,04	0,93	0,01	0,93	0,10	0,83	0,03	0,83	0,10	0,80	0,03	0,80	-0,09	0,84	-0,03	0,84	0,03	0,95	0,01	0,95
REGIÃO NORTE	-0,37	0,16	-0,12	0,16	-0,50	0,09	-0,16	0,09	-0,34	0,25	-0,10	0,25	-0,15	0,54	-0,05	0,54	-0,18	0,50	-0,06	0,50	-0,11	0,70	-0,03	0,71
REGIÃO CENTRO-OESTE	-0,17	0,68	-0,06	0,68	-0,08	0,86	-0,02	0,86	0,08	0,86	0,02	0,86	0,00	1,00	0,00	1,00	0,07	0,87	0,02	0,87	0,19	0,67	0,06	0,67
IDH EM 2000	-1,85	0,44	-0,61	0,44	-1,13	0,67	-0,35	0,67	-3,19	0,24	-0,95	0,24	-2,40	0,31	-0,76	0,31	-1,70	0,51	-0,52	0,51	-3,65	0,17	-1,06	0,17
FINANCIAMENTO CAMPANHA 98									2,91	0,00	0,86	0,00									3,02	0,01	0,88	0,00
constante	0,73	0,57			0,38	0,79			1,46	0,32			1,44	0,25			1,09	0,42			1,95	0,16		
observações		406				358				358				406				358				358		
log-likelihood		-234,8633				-197,745				-186,727				-227,957				-195,19				-184,34		
R2 McFadden		0,1064				0,1079				0,1576				0,1326				0,1194				0,1683		

Especificação	3				4				5				6				7				8			
	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor	coef.	P-valor	ef. marg.	P-valor
VOTOU PRÓ-REFORMA	0,23	0,18	0,07	0,18	0,14	0,43	0,04	0,43	0,16	0,37	0,05	0,37	0,18	0,29	0,06	0,29	0,21	0,23	0,06	0,23	0,09	0,63	0,03	0,63
VOTOS EM 1994	0,08	0,12	0,02	0,10	0,04	0,27	0,01	0,26	0,07	0,17	0,02	0,15												
SUPLENTE													-0,62	0,01	-0,19	0,01	-0,64	0,01	-0,19	0,00	-0,62	0,01	-0,19	0,01
ELEITO POR QUOCIENTE													-0,08	0,65	-0,02	0,65	-0,08	0,62	-0,02	0,62	-0,08	0,64	-0,02	0,64
COLIGAÇÃO GOVERNADOR	0,20	0,18	0,06	0,17	0,14	0,37	0,04	0,37	0,15	0,34	0,05	0,34	0,15	0,35	0,04	0,35	0,16	0,31	0,05	0,30	0,09	0,59	0,03	0,58
COLIGAÇÃO PRESIDENTE	0,40	0,03	0,12	0,03	0,31	0,08	0,10	0,08	0,34	0,06	0,10	0,06	0,29	0,11	0,09	0,11	0,30	0,11	0,09	0,11	0,33	0,07	0,10	0,07
CANDIDATO A SENADOR/GOVERNADOR	-1,65	0,00	-0,51	0,00					-1,40	0,00	-0,42	0,00					-1,22	0,00	-0,36	0,00				
MUDOU DE PARTIDO	-0,33	0,04	-0,10	0,04	-0,20	0,21	-0,06	0,21	-0,27	0,10	-0,08	0,10	-0,14	0,40	-0,04	0,40	-0,17	0,31	-0,05	0,31	-0,14	0,39	-0,04	0,39
VOTOS DO PARTIDO EM 98					0,02	0,00	0,01	0,00	0,01	0,09	0,00	0,10	0,02	0,00	0,01	0,00	0,02	0,03	0,00	0,03	0,02	0,00	0,01	0,00
REGIÃO SUL																					0,19	0,67	0,06	0,67
REGIÃO SUDESTE																					0,15	0,74	0,04	0,74
REGIÃO NORTE																					-0,07	0,80	-0,02	0,80
REGIÃO CENTRO-OESTE																					0,25	0,57	0,08	0,57
IDH EM 2000																					-3,22	0,23	-0,97	0,23
FINANCIAMENTO CAMPANHA 98					2,52	0,01	0,80	0,01	2,61	0,01	0,79	0,01	2,46	0,01	0,75	0,01	2,55	0,01	0,76	0,01	2,81	0,00	0,85	0,00
constante	-0,38	0,09			-0,61	0,00			-0,49	0,02			-0,44	0,03			-0,30	0,13			1,44	0,30		
observações		358				358				358				358				358				358		
log-likelihood		-190,926				-195,057				-189,429				-192,917				-188,484				-190,651		
R2 McFadden		0,1386				0,12				0,1454				0,1296				0,1496				0,1399		

ANEXO II – Metodologia

Buscando avaliar o impacto do voto do parlamentar na reforma da previdência sobre a probabilidade de ele se eleger nas eleições de 1998, utilizamos o estimador *probit*, de escolha binária. A escolha decorre da natureza da variável dependente (candidato eleito em 1998), que assume os valores 0 (para o caso em que não se elegeu) ou 1 (para o caso em que conseguiu se eleger).

Utilizamos duas amostras distintas: (1) os deputados que votaram o substitutivo do Senado Federal e (2) os deputados que votaram o destaque que suprimiu a idade mínima do texto da PEC 33/1998. Ambas as amostras se restringem, ainda, àqueles deputados que se candidataram a algum cargo (governador, senador, deputado federal e deputado estadual) nas eleições nacionais de 1998. Também foram excluídas as abstenções, pouco representativas no total de observações da amostra.

O modelo econométrico foi estimado em diversas especificações, com diferentes combinações das seguintes variáveis:

- Eleito em 1998: variável *dummy* que assume o valor “1” caso o candidato tenha se eleito em 1998 e “0” caso contrário. Variável dependente do modelo. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
- Voto na reforma da previdência: variável *dummy* que assume o valor “1” caso o deputado tenha votado a favor da reforma da previdência e “0” caso contrário. Fonte: Portal da Câmara dos Deputados.
- Força política: para refletir a força política dos deputados, utilizou-se ou o percentual de votos do deputado na eleição anterior; alternativamente, utilizou-se *dummies* para deputados suplentes e deputados eleitos por quociente eleitoral. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
- Percentual de votos do partido do candidato na eleição de 1998: essa variável visa controlar o fato de as eleições serem proporcionais no País, aumentando a chance de elegerem-se deputados cujo partido obteve mais votos. Esta variável é multiplicada por uma *dummy* que informa se o deputado se candidatou novamente à Câmara dos Deputados ou à assembleia legislativa do seu estado, dado que não faz sentido utilizá-la para candidaturas a governador e senador, uma vez que estas são eleições majoritárias. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
- Deputado pertence à coligação do governador eleito em seu estado. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
- Deputado pertence à coligação do presidente eleito. Fonte: Tribunal Superior eleitoral.
- Deputado mudou de partido entre 1994 e 1998. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
- Cargo ao qual se candidatou em 1998: *dummies* para candidaturas para senador, deputado federal e deputado estadual. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
- Região geográfica que o deputado representa: *dummies* para as regiões Norte e Nordeste e para as regiões Sul e Sudeste.
- Índice de Desenvolvimento Humano do Estado em 2000. Fonte: IPEA Data.
- Financiamento de campanha em 1998. Fonte: David Samuels, originalmente TSE.

Vale notar que, ao incluir a variável referente ao financiamento de campanha, restringe-se o tamanho de ambas as amostras, por indisponibilidade de dados (em especial, para candidatos a deputado estadual nas eleições de 1998).

As tabelas II.1 e II.2, a seguir, trazem as estatísticas descritivas para cada uma das amostras utilizadas.

Tabela II.1 – Descrição dos dados – Votação do Substitutivo aprovado no Senado Federal

Variáveis	Amostra irrestrita					Amostra restrita				
	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
ELEITO 98	429	0,63	0,48	0	1	373	0,68	0,47	0	1
VOTOU PRÓ-REFORMA	429	0,70	0,46	0	1	373	0,72	0,45	0	1
VOTOS EM 1994	429	2,84	2,68	0,21	19,14	373	2,74	2,64	0,23	19,14
SUPLENTE	429	0,13	0,34	0	1	373	0,13	0,34	0	1
ELEITO POR QUOCIENTE	429	0,31	0,46	0	1	373	0,31	0,46	0	1
COLIGAÇÃO GOVERNADOR	429	0,45	0,50	0	1	373	0,46	0,50	0	1
COLIGAÇÃO PRESIDENTE	429	0,71	0,46	0	1	373	0,71	0,45	0	1
CANDIDATO A SENADOR/GOVERNADOR	429	0,05	0,22	0	1	373	0,04	0,19	0	1
MUDOU DE PARTIDO	429	0,39	0,49	0	1	373	0,38	0,49	0	1
VOTOS DO PARTIDO EM 98	429	16,91	11,85	0	47,05	373	17,37	11,79	0	47,05
REGIÃO SUL	429	0,14	0,35	0	1	373	0,14	0,35	0	1
REGIÃO SUDESTE	429	0,36	0,48	0	1	373	0,37	0,48	0	1
REGIÃO NORTE	429	0,14	0,34	0	1	373	0,12	0,33	0	1
REGIÃO CENTRO-OESTE	429	0,08	0,27	0	1	373	0,07	0,25	0	1
IDH EM 2000	429	0,60	0,07	0,47	0,73	373	0,60	0,07	0,47	0,73
FINANCIAMENTO CAMPANHA 98	-	-	-	-	-	373	0,144	0,187	0	1,941

Tabela B – Descrição dos dados – Votação do Destaque que suprimiu a idade mínima

Variáveis	Amostra irrestrita					Amostra restrita				
	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
ELEITO 98	406	0,65	0,48	0	1	358	0,69	0,46	0	1
VOTOU PRÓ-REFORMA	406	0,67	0,47	0	1	358	0,69	0,46	0	1
VOTOS EM 1994	406	2,85	2,69	0,02	19,14	358	2,76	2,66	0,23	19,14
SUPLENTE	406	0,11	0,31	0	1	358	0,11	0,31	0	1
ELEITO POR QUOCIENTE	406	0,31	0,46	0	1	358	0,31	0,46	0	1
COLIGAÇÃO GOVERNADOR	406	0,52	0,50	0	1	358	0,53	0,50	0	1
COLIGAÇÃO PRESIDENTE	406	0,73	0,45	0	1	358	0,73	0,45	0	1
CANDIDATO A SENADOR/GOVERNADOR	406	0,05	0,22	0	1	358	0,04	0,20	0	1
MUDOU DE PARTIDO	406	0,37	0,48	0	1	358	0,37	0,48	0	1
VOTOS DO PARTIDO EM 98	406	16,91	12,11	0	47,05	358	17,41	12,11	0	47,05
REGIÃO SUL	406	0,14	0,35	0	1	358	0,14	0,35	0	1
REGIÃO SUDESTE	406	0,37	0,48	0	1	358	0,38	0,49	0	1
REGIÃO NORTE	406	0,13	0,34	0	1	358	0,12	0,33	0	1
REGIÃO CENTRO-OESTE	406	0,07	0,26	0	1	358	0,07	0,25	0	1
IDH EM 2000	406	0,60	0,07	0,47	0,73	358	0,60	0,07	0,47	0,73
FINANCIAMENTO CAMPANHA 98	-	-	-	-	-	358	0,146	0,188	0	1,941

As tabelas II.3 e II.4, por sua vez, apresentam as matrizes de correlação das variáveis em cada uma das amostras.

Tabela II.3 – Matriz de Correlação -Votação do Substitutivo aprovado no Senado Federal

	ELEITO 98	VOTOU PRÓ-REFORMA	VOTOS EM 1994	SUPLENTE	ELEITO POR QUOCIENTE	COLIGAÇÃO GOVERNADOR	COLIGAÇÃO PRESIDENTE	CANDIDATO A SENADOR/GOVERNADOR	MUDOU DE PARTIDO	VOTOS DO PARTIDO EM 98	REGIÃO SUL	REGIÃO SUDESTE	REGIÃO NORTE	REGIÃO CENTRO-OESTE	IDH EM 2000	FINANCIAMENTO CAMPANHA 98
ELEITO 98	1,000															
VOTOU PRÓ-REFORMA	0,195	1,000														
VOTOS EM 1994	0,122	0,153	1,000													
SUPLENTE	-0,161	0,013	-0,130	1,000												
ELEITO POR QUOCIENTE	-0,008	-0,025	-0,120	-0,231	1,000											
COLIGAÇÃO GOVERNADOR	0,124	0,033	0,041	-0,005	-0,003	1,000										
COLIGAÇÃO PRESIDENTE	0,176	0,289	-0,033	0,026	0,042	0,211	1,000									
CANDIDATO A SENADOR/GOVERNADOR	-0,191	-0,042	0,139	-0,027	-0,020	-0,028	-0,061	1,000								
MUDOU DE PARTIDO	-0,017	0,179	0,158	0,077	-0,108	-0,045	0,228	-0,014	1,000							
VOTOS DO PARTIDO EM 98	0,230	0,287	0,143	-0,010	0,045	0,269	0,237	-0,301	-0,098	1,000						
REGIÃO SUL	-0,055	-0,144	-0,154	0,067	0,003	-0,051	-0,039	-0,006	-0,094	-0,020	1,000					
REGIÃO SUDESTE	-0,064	-0,081	-0,472	-0,025	-0,048	-0,162	0,021	-0,134	-0,017	-0,215	-0,317	1,000				
REGIÃO NORTE	0,006	0,097	0,498	0,040	-0,025	-0,051	0,032	0,009	0,183	0,116	-0,151	-0,288	1,000			
REGIÃO CENTRO-OESTE	0,011	0,082	0,181	-0,020	0,038	0,004	0,013	0,055	0,098	-0,097	-0,109	-0,209	-0,099	1,000		
IDH EM 2000	-0,110	-0,196	-0,454	-0,002	-0,040	-0,180	-0,004	-0,114	-0,009	-0,244	0,327	0,646	-0,330	0,087	1	
FINANCIAMENTO CAMPANHA 98	0,200	0,232	0,002	-0,088	-0,164	0,017	0,122	0,138	0,060	-0,023	-0,079	0,169	-0,104	0,064	0,1529	1

Tabela II.4 – Matriz de Correlação – Votação do Destaque que suprimiu a idade mínima

	ELEITO 98	VOTOU PRÓ-REFORMA	VOTOS EM 1994	SUPLENTE	ELEITO POR QUOCIENTE	COLIGAÇÃO GOVERNADOR	COLIGAÇÃO PRESIDENTE	CANDIDATO A SENADOR/GOVERNADOR	MUDOU DE PARTIDO	VOTOS DO PARTIDO EM 98	REGIÃO SUL	REGIÃO SUDESTE	REGIÃO NORTE	REGIÃO CENTRO-OESTE	IDH EM 2000	FINANCIAMENTO CAMPANHA 98
ELEITO 98	1,000															
VOTOU PRÓ-REFORMA	0,186	1,000														
VOTOS EM 1994	0,084	0,188	1,000													
SUPLENTE	-0,137	0,016	-0,128	1,000												
ELEITO POR QUOCIENTE	0,000	-0,047	-0,049	-0,258	1,000											
COLIGAÇÃO GOVERNADOR	0,116	-0,022	-0,064	-0,012	0,025	1,000										
COLIGAÇÃO PRESIDENTE	0,176	0,292	-0,029	-0,032	0,103	0,155	1,000									
CANDIDATO A SENADOR/GOVERNADOR	-0,225	-0,063	0,137	-0,035	-0,009	-0,042	-0,029	1,000								
MUDOU DE PARTIDO	-0,058	0,200	0,164	0,055	-0,065	-0,120	0,196	-0,010	1,000							
VOTOS DO PARTIDO EM 98	0,220	0,296	0,127	0,030	0,090	0,228	0,194	-0,291	-0,105	1,000						
REGIÃO SUL	-0,024	-0,112	-0,145	0,020	-0,008	-0,001	-0,006	-0,001	-0,040	-0,039	1,000					
REGIÃO SUDESTE	-0,035	-0,092	-0,469	-0,037	-0,078	-0,105	0,076	-0,123	-0,045	-0,203	-0,317	1,000				
REGIÃO NORTE	0,016	0,128	0,488	0,023	0,052	-0,104	0,006	0,012	0,193	0,117	-0,154	-0,289	1,000			
REGIÃO CENTRO-OESTE	0,010	0,079	0,191	-0,044	0,024	-0,022	0,012	0,057	0,067	-0,069	-0,113	-0,211	-0,103	1,000		
IDH EM 2000	-0,059	-0,186	-0,448	-0,050	-0,089	-0,088	0,081	-0,094	-0,011	-0,240	0,326	0,647	-0,342	0,084	1	
FINANCIAMENTO CAMPANHA 98	0,191	0,227	-0,021	-0,092	-0,147	-0,049	0,109	0,159	0,046	-0,029	-0,077	0,187	-0,091	0,062	0,1736	1

De forma geral, o modelo estimado assume a seguinte forma:

$$P(\text{eleito}_{98} = 1|\mathbf{x}) = F\left(\alpha + \beta_{i1}\text{voto}_i + \sum_{j=1}^n \beta_j x_{ji} + \varepsilon\right)$$

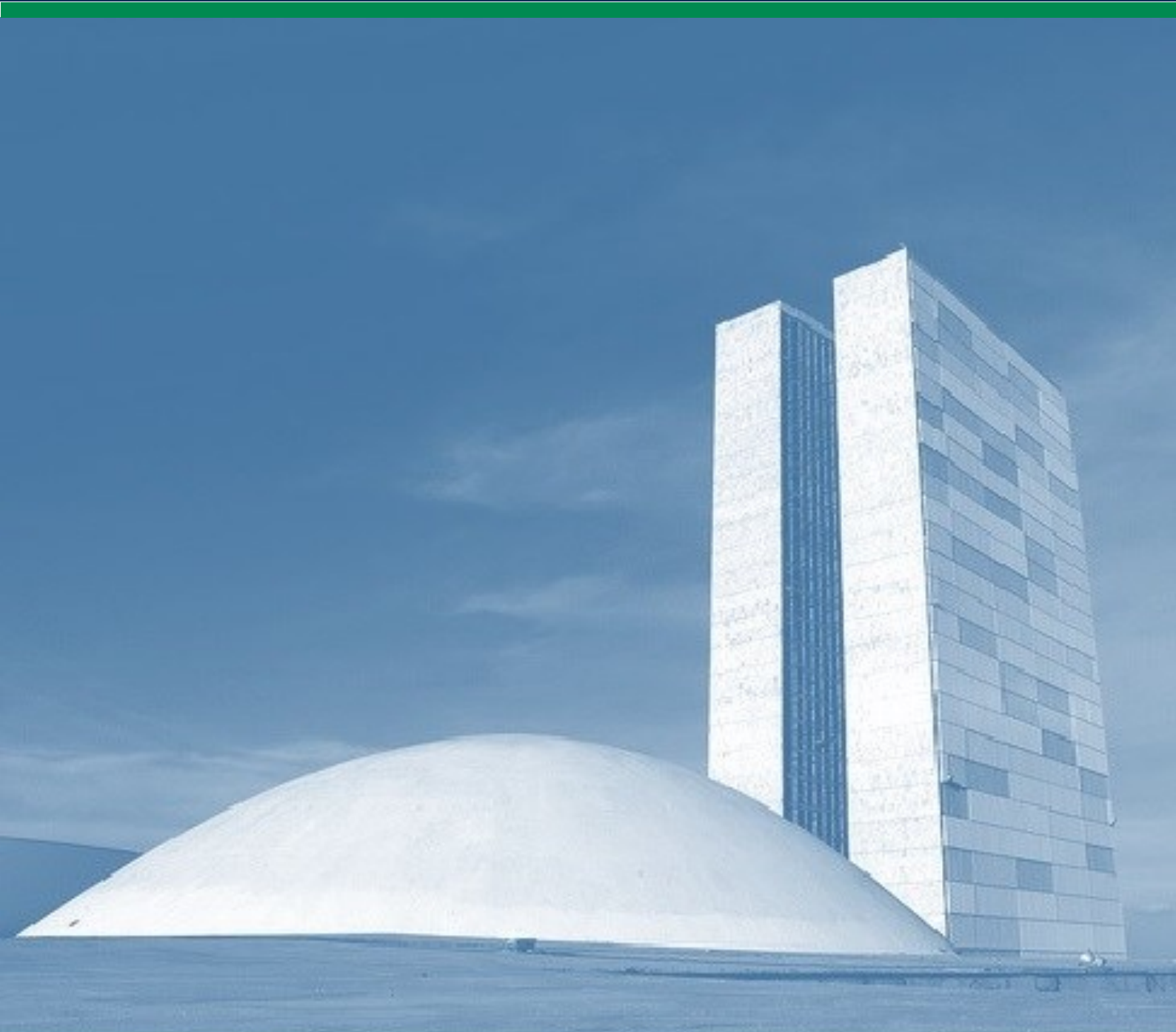
em que \mathbf{x} é o vetor de variáveis explicativas; i denota a unidade amostral, isto é, cada deputado que votou na reforma; x_j representa cada uma das variáveis de controle adicionadas em cada uma das especificações; α é uma constante cujo valor é dado pela probabilidade do candidato ser eleito independentemente de qualquer outra característica; e F é a função de distribuição normal padrão.

Os resultados das estimações pelo método de máxima verossimilhança encontram-se no Anexo I. São apresentados os coeficientes, os efeitos marginais e suas respectivas probabilidades de significância (p-valor).

A apresentação dos efeitos marginais deve-se ao fato de que, em um modelo *probit*, a derivada do valor esperado da variável dependente em relação a cada uma das variáveis explicativas não é igual ao coeficiente estimado para aquela variável (β_i), mas, sim, igual ao produto de β_i pelo valor da função densidade normal padrão ($F' = f$) no ponto $\beta'x$, onde x é o vetor de variáveis explicativas e β' é o vetor dos coeficientes transposto. Ou seja, diferentemente de um modelo de mínimos quadrados ordinários, o impacto marginal de cada variável explicativa varia em função do valor assumido pelas variáveis explicativas. Assim, para obter o impacto marginal de cada variável, é preciso fazê-lo para um dado valor de x . Em geral, toma-se a média de cada variável explicativa.

Missão da Consultoria Legislativa

Prestar consultoria e assessoramento especializados ao Senado Federal e ao Congresso Nacional, com o objetivo de contribuir com o aprimoramento da atividade legislativa e parlamentar, em benefício da sociedade brasileira.



Núcleo de Estudos
e Pesquisas

Consultoria
Legislativa

